

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES DA BANESTES LEASING S.A. - ARRENDAMENTO
MERCANTIL**



Pelo presente instrumento, como EMISSORA BANESTES LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, companhia aberta, com sede na Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, à Av. Princesa Isabel, 574 - Bloco A - 16º andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 39.813.605/0001-37, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante designada simplesmente como EMISSORA e como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta Escritura e nela Interveniante, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, PENTÁGONO S.A. D.T.V.M., inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº 17.343.682/0001-38 com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Sete de Setembro, 99 - 13º andar, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social e doravante designado simplesmente como AGENTE FIDUCIÁRIO, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures não Conversíveis em Ações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**I
DA AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 20 de novembro de 1995.

**II
DOS REQUISITOS**

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs. 6.385, de 07 de dezembro de 1976 e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo.

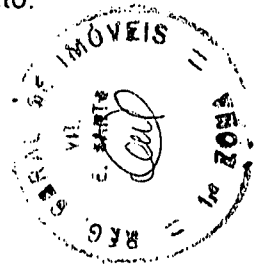
RETENUS



3. REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

A Escritura de Emissão, por instrumento particular, será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

III DA EMISSÃO



A emissão de debêntures observará as seguintes características e condições:

1. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO

O lançamento será público mediante interveniência de instituições financeiras, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. SÉRIE

A emissão será efetuada em série única.

3. FORMA E MODALIDADE

As debêntures serão nominativas, não endossáveis, sem emissão de certificado e da modalidade não conversível em ações.

4. ESPÉCIE

As debêntures serão da espécie subordinada.

5. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da emissão, será de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), na data de emissão.

6. VALOR NOMINAL

O valor nominal unitário das debêntures desta emissão será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na data de emissão.

7. DATA DA EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01 de dezembro de 1995.

[Handwritten signatures]



8. QUANTIDADE TOTAL DE TÍTULOS DA EMISSÃO

Serão emitidas 2.000 (duas mil) debêntures.



9. PRAZO E VENCIMENTO FINAL

As debêntures desta emissão vencerão na data final da 24ª (vigésima quarta) amortização, conforme item 14 abaixo.

10. BASE DE REMUNERAÇÃO

A base de remuneração das debêntures da presente emissão será a variação acumulada da Taxa Referencial - TR, divulgada pelo Banco Central do Brasil, que agregar-se-á ao valor nominal, definido no item 6, a partir da data de subscrição, para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta Escritura.

10.1. A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da variação "*pro rata temporis*" da TR do mês do evento.

10.2. Ocorrendo alterações nos critérios de aplicação do referido índice nas emissões de debêntures, estas alterações aplicar-se-ão automaticamente à emissão de que se trata.

11. JUROS REMUNERATÓRIOS

As debêntures serão conferidos juros fixos à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, incidentes a partir da data de subscrição, pagáveis mensalmente nas mesmas datas de amortização do principal, previstas no item 14 abaixo.

12. PRÊMIO

As debêntures desta emissão farão jus ao recebimento de um prêmio, equivalente ao percentual de 8% (oito por cento) ao ano, a ser acrescido linearmente aos juros remuneratórios, perfazendo uma remuneração anual de 20%, incidente a partir da data de subscrição e aplicada sobre a base de remuneração prevista no item 10 supra. Este prêmio, acrescido aos juros remuneratórios, será devido mensalmente, coincidindo com o pagamento das amortizações e demais obrigações pecuniárias incidentes, conforme item 14 abaixo.

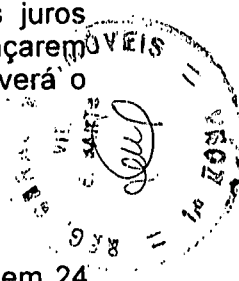
13. RENDIMENTO NO CASO DE EXTINÇÃO DA TR:

Em que pese as disposições constantes dos itens 10, 11 e 12 acima, fica esclarecido que na hipótese de ocorrer a extinção da TR, ou esta não mais puder ser utilizada na remuneração de debêntures, por expressa vedação legal, a EMISSORA garantirá como rendimento mínimo geral de cada debênture o equivalente à taxa ANBID, acrescida de 3% (três por cento) ao ano, a partir da data do fato que originar a



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a signature that appears to be 'BETENHO'.

extinção da TR, sendo certo, contudo, que na hipótese de o prêmio e os juros remuneratórios na forma prevista nos itens 11 e 12 respectivamente, alcançarem remuneração maior àquele mínimo assegurado, a EMISSORA, então, promoverá o pagamento deste maior rendimento.



14. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

A EMISSORA se obriga a efetuar amortização de cada uma das debêntures em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, observado o seguinte:

- Caso a subscrição da debênture ocorra no 1º (primeiro) dia útil de um mês do calendário, as amortizações serão feitas a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente ao da subscrição;
- Caso a subscrição das debêntures não ocorra no 1º (primeiro) dia útil de um mês do calendário, as amortizações serão feitas a partir do dia 1º (primeiro) do 2º(segundo) mês subsequente ao da subscrição;
- As demais amortizações deverão ocorrer sempre no 1º (primeiro) dia de cada mês do calendário subsequente ao da primeira amortização;
- As amortizações previstas neste item, bem como os Juros Remuneratórios e Prêmio, definidos nos itens 11 e 12 desta Cláusula, serão efetuadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$PMT = \left[VN \times (1+i)^{d/D} \times ATM \times i \times \frac{(1+i)^{24}}{(1+i)^{24} - 1} \right] \times AM$$

Onde:

PMT = Valor do pagamento mensal

VN = Valor nominal unitário na data de subscrição

ATM = $(1 + TR's)^{d/D}$

TR's = Variação da TR no mês de subscrição

i = Taxa de juros mensal (inclui o prêmio somado) representado na forma decimal (ex.: 12 % juros + 8 % prêmio = 20 % a.a.. Total mensal = 0,0153095)

d = Número de dias corridos entre a data de subscrição e o primeiro dia do mês subsequente ao da subscrição. Se a subscrição ocorrer no primeiro dia do mês d=0

D = Dias corridos do mês de subscrição

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]



AM = Fator de apuração da base de remuneração referente ao mês de pagamento calculado pela variação acumulada da TR do primeiro mês subsequente ao da subscrição até o mês do pagamento.
Se a subscrição se der no primeiro dia útil do mês, o fator varia desde o próprio mês da subscrição.

Os valores individuais de principal e juros que compõem o PMT podem ser obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$P = \frac{PMT}{(1+i)^t} \quad \text{onde,}$$



P = valor do principal na data de cada pagamento;

t = número de amortizações mensais a realizar, contado desde a amortização a que se refere o cálculo até a última, inclusive.

$$J = PMT - P \quad \text{onde,}$$

J = valor dos juros e prêmio na data de cada pagamento.

Obs.: Todos os cálculos acima descritos, foram baseados no conceito de Tabela Price, assegurando aos debenturistas amortizações mensais e consecutivas de principal, juros e prêmio.

15. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

As debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal, definido no item 6 supra. A integralização será à vista, no ato da subscrição.

16. NEGOCIAÇÃO

As debêntures serão registradas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures), administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

17. ENCARGOS MORATÓRIOS

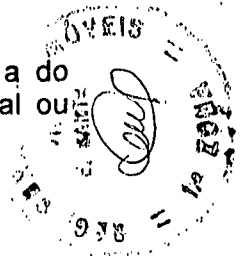
Caso a EMISSORA venha a incorrer em mora em qualquer pagamento e/ou amortização previstos nesta Escritura, os valores em atraso ficarão sujeitos a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo das obrigações pecuniárias nesta previstas, bem como aplicação da variação da base de remuneração incidente



[Handwritten signatures]

RETORNO

sobre tais valores em atraso, calculados desde a data da inadimplência até a do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.



18. DECADÊNCIA DOS DIREITOS

Sem prejuízo ao disposto no item 17 supra, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas neste instrumento, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de juros remuneratórios e prêmio no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

19. RESGATE ANTECIPADO

A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, por deliberação da Diretoria ou de Assembléia Geral Extraordinária, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo saldo da base de remuneração não amortizado, acrescido de juros remuneratórios e prêmio devidos na data do resgate, devendo publicar aviso prévio aos debenturistas, com antecedência, mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese, mediante sorteio.

20. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA, poderá a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo da base de remuneração não amortizada, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. Na aquisição, os rendimentos a que fizerem jus as debêntures serão atribuídos pela EMISSORA aos titulares das mesmas.

21. LOCAL DO PAGAMENTO

Os pagamentos referentes às amortizações e rendimentos, a que fizerem jus as debêntures, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, em estabelecimentos de instituições financeiras contratadas para tal fim ou na sede da EMISSORA.

22. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos, referentes aos pagamentos de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título, aos valores a serem pagos.

23. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados na forma de avisos,

ac/ *ad* *gl* *h.* *g* *net*



no jornal Gazeta Mercantil e em jornal de grande circulação na cidade de Vitória - ES, podendo ser também, publicados em outros jornais de grande circulação.

24. VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objetos desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA, da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, deduzidas as amortizações ocorridas, na ocorrência dos seguintes fatos:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA;
- b) pedido ou decretação de intervenção administrativa pelo Banco Central do Brasil;
- c) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- d) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA decorrentes da presente Escritura de Emissão;
- e) pedido de concordata preventivo formulado pela EMISSORA;
- f) decretação de falência da EMISSORA;
- g) alienação do controle acionário da EMISSORA.

Na ocorrência do vencimento antecipado, a EMISSORA se obriga a efetuar o pagamento da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio a que fizerem jus de todas as suas obrigações em até 10 (dez) dias úteis a partir da comunicação por escrito à EMISSORA através de carta protocolada.

25. DATA DE INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO

Para todo os efeitos a data de início da distribuição das debêntures será a data de publicação do primeiro anúncio de início de distribuição pública.

26. DATA DA SUBSCRIÇÃO

Todas as debêntures desta emissão serão subscritas em data única a ser publicada no 1º anúncio de início de distribuição pública.

[Handwritten signatures]

netuno



IV

DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:
 - a) dentro de no máximo 60 (sessenta dias) após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
 - b) imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada;
 - c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93 nos prazos previstos nesta Instrução.
2. Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76; nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal, juros remuneratórios e prêmio, relativos às debêntures objeto da presente Escritura, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.
3. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
4. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;
5. Manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.
6. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.
7. Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.
8. Notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 2 (dois) dias úteis.
9. A EMISSORA também declara, adicionalmente, não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer plenamente suas funções.
10. Com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral e, prontamente, fornecer cópias das respectivas atas.

[Handwritten signatures]

135-1000



DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão da presente Escritura, PENTÁGONO S.A. D.T.V.M., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, a EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

1. DECLARAÇÃO

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 9º, da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;
- c) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições; e
- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente suas funções.
- e) estar ciente das disposições contidas na Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.

2. REMUNERAÇÃO

Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO honorários pagáveis da seguinte forma:

- a) Parcelas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), pagas anualmente, sendo a primeira paga na data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais devidas nesta mesma data nos anos subsequentes;
- b) Os pagamentos anuais citados, serão reajustados pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo critério de atualização da base de remuneração das debêntures, a partir da data de emissão das mesmas até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculadas "pro-rata-die", se necessário;
- c) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, a serem cobertas pela EMISSORA;
- d) Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos



[Handwritten signatures and initials]

debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA.

- e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura.

3. SUBSTITUIÇÃO

Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro caso de vacância, a função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

- a) Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- b) É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia dos Debenturistas especialmente convocada para este fim.
- c) Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.
- d) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada esta Escritura.
- e) Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por ato da CVM.
- f) O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções, a partir da data da assinatura da presente Escritura, ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

4. DEVERES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo, da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

[Handwritten signatures and initials]



- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, da Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas;
- k) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar o relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº. 6.404/76;
- m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da EMISSORA;
- m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- m.3) na CVM;
- m.4) nas instituições financeiras que lideram a colocação das debêntures.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

- n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados nos sub-itens do item "m" acima;
- o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços;
- p) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;
- q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de debenturistas

5. ATRIBUIÇÕES DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 5.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:
- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições da presente Escritura;
 - b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
 - c) requerer a falência da companhia EMISSORA;
 - d) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA, caso venha a sujeitar-se a tais eventos.
- 5.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no item "a" acima na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.
- 5.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos itens "a" a "c" do caput desta cláusula, se a Assembléia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures, exceto as debêntures que eventualmente encontrar-se em tesouraria ou de propriedade de coligadas, controladas e/ou controladoras, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto no item (d) do "caput" deste item.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

6. DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO

- 6.1. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas, ou para realizar seus créditos.
- 6.2. O ressarcimento, a que se refere esta cláusula, será efetuado imediatamente após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção aos direitos dos portadores dos títulos.
- 6.3. As despesas a que se refere esta cláusula compreendem, inclusive, as seguintes publicações:
- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - b) extração de certidões;
 - c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
 - d) eventuais levantamentos adicionais e especiais, ou perícias, que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.
- 6.4. O Crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 6.1 anterior, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.
- 6.5. Se qualquer quantia devida aos debenturistas, em virtude desta Escritura, for paga por meio de ação judicial, ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

VI

DA RENÚNCIA

Não se presumirá a renúncia a quaisquer direitos decorrentes da presente Escritura, ainda que não venham, em qualquer ocasião, a serem exercidos.

[Handwritten signatures]

DETRANS



VII

DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo reunir-se em Assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
2. A Assembléia dos Debenturistas desta emissão poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.
3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.
4. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.
5. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas, ainda que não tenha convocado, a fim de prestar os esclarecimentos e informações que lhe forem solicitadas pelos debenturistas.
6. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não;
7. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, dependerão da aprovação de pelo menos metade das debêntures em circulação.
8. Para efeito da constituição do quorum a que se refere esta cláusula serão excluídas do nº de debêntures, que a EMISSORA possuir em carteira.
9. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias de Debenturistas.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



VIII

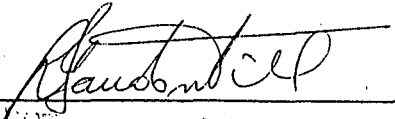
DISPOSIÇÕES GERAIS

Fica eleito o foro da cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

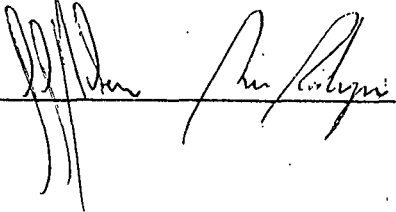
Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1995.

BANESTES LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL


Aloysio Roberto dos Santos
Diretor de Relação com Mercado

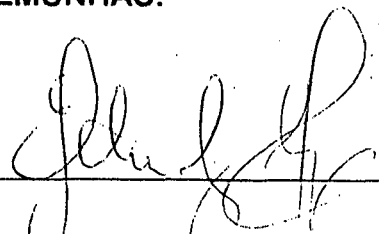
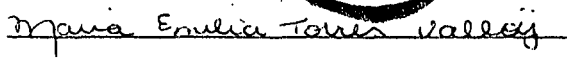
PENTÁGONO S.A. D.T.V.M.



Cartório do 21º Ofício de Notas, Travessa do Ouvidor, 21 B
Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço por
semelhança as firmas de: SERGIO DA COSTA RIBEIRO e THEO RODRIGUES
Nº: 526.3
Rio de Janeiro, 05 de Dezembro de 1995. Conf. por:
Em testemunho da verdade.
Lourival Correia Substituto

Valor: R\$. 08

TESTEMUNHAS:

1. 
2. 

" ESTA FOLHA É PARTE INTEGRANTE DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA BANESTES LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL "

